

**LEI MUNICIPAL Nº 2.089, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

*"Altera a Lei Municipal nº 924, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colinas do Tocantins - IPASMU-CO, e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS**, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Título I****Das Alterações**

**Art. 1º** Os dispositivos da Lei Municipal nº 924, de 28 de dezembro de 2005, a seguir especificados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - Os incisos II e IV, e o §4 do Artigo 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 11. ....*

*II - o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos, inválido, que tenha deficiência intelectual, mental ou deficiência grave;*

*(...)*

*IV - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos, inválido, que tenha deficiência intelectual, mental ou deficiência grave;"*

*(...)*

*"§ 4º Para os fins do disposto no inciso I deste artigo, reconhece-se como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, independentemente de gênero ou orientação sexual, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal."*

**II** - O Art. 13, em seu inciso III, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 13. ....*

*III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválido ou se tiverem deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau em curso de ensino superior;"*

**III** - O Art. 23, em seu caput e o § 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 23. O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.*

*§ 2º É assegurado reajuste desse benefício na forma do art. 57 desta Lei."*

**IV** - O §1º do Art. 24, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 24. ....*

*§ 1º É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 57 desta Lei."*

**V** - O §1º do Art. 45, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 45. ....*

*§ 1º É assegurado reajuste ao benefício descrito no caput na forma do art. 58 desta lei."*

**VI** - O §8º do Art. 46, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 46. ....*

*§ 8º As aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 57 desta Lei."*

**VII** - O Art. 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 57. Os benefícios concedidos com base nos arts. 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 46 desta Lei serão reajustados na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social."*

**VIII** - O Art. 58 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 58. Os benefícios concedidos com base no art. 45 desta Lei e aqueles concedidos com base nos*



arts. 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, serão reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."

**IX** - O §6º do Art. 96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. ....

§ 6º Em caso de vacância do cargo de membro titular de qualquer dos conselhos, o respectivo suplente assumirá e completará o restante do mandato, salvo exceções previstas expressamente no respectivo Regimento Interno. "

**X** - Os §§ 2º e 4º do Art. 98 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 98. ....

§ 2º Para o segundo biênio da gestão, o Presidente do Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e as comissões serão eleitos por seus pares, admitida a recondução aos cargos e funções anteriormente ocupados. A eleição realizar-se-á na terceira quarta-feira do mês de outubro do último ano do primeiro biênio, observados os demais ritos previstos no art. 98 desta Lei, com a posse dos eleitos ocorrendo na primeira reunião ordinária do segundo biênio.

(...)

§ 4º A eleição se efetuará mediante voto secreto, na última sexta-feira do mês de novembro do ano posterior ao das eleições municipais, com posse no primeiro dia útil do ano subsequente, de acordo com as normas do Regulamento Interno, sendo que, para a realização do referido pleito será nomeada, pelo Prefeito Municipal, no mês de agosto do ano da eleição, Comissão Eleitoral de 03 (três) membros segurados que coordenará os trabalhos eleitorais e garantirá inscrições de candidaturas avulsas até 30 (trinta) dias antes da eleição do IPASMU-CO."

**XI** - Os §§ 5º, 6º e 7º do Art. 100 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 100. ....

§ 5º A remuneração do cargo de Diretor-Presidente do IPASMU-CO fica equiparada à remuneração do cargo de Secretário Municipal, atualmente fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observando-se automaticamente seus reajustes e atualizações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 6º A remuneração do cargo de Diretor Executivo de Finanças e Departamentos de Pessoal será no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 7º O Diretor Especial de Assuntos Previdenciários passa a ser denominado de Diretor Executivo de Assuntos Previdenciários e o seu vencimento será o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

## **Título II**

### **Das Inclusões de Novos Artigos e Parágrafos**

**Art. 2º** Ficam acrescidos os seguintes dispositivos à Lei Municipal nº 924, de 28 de dezembro de 2005:

**I** - O Art. 59-A ao Capítulo VII do Título II, com a seguinte redação:

"Art. 59-A. Todos os benefícios de caráter temporário previstos neste Capítulo, incluindo auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão, serão integralmente custeados pelo Tesouro Municipal, cabendo ao ente municipal a análise e sua concessão.

Parágrafo único. A responsabilidade do Tesouro Municipal pelo custeio dos benefícios de que trata o caput prevalece sobre quaisquer disposições em contrário nesta Lei que atribuam tal ônus ao IPASMU-CO, que ficam por este dispositivo revogadas."

**II** - O Art. 74-A ao Título III, com a seguinte redação:

"Art. 74-A. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os parâmetros definidos pela legislação federal."



**III -** Os §§ 6º-A, 14 e 15 ao Art. 96, com a seguinte redação:

"Art. 96. ....

*§ 6º-A. Os suplentes dos conselheiros deverão atender aos mesmos requisitos de elegibilidade e certificação exigidos pelo Ministério da Previdência Social para os membros titulares no momento de sua posse.*

*§ 14. Os conselheiros e diretores do IPASMU-CO poderão licenciar-se para concorrer a mandato eletivo, podendo retornar à função após o término do período de afastamento.*

*§ 15. A licença de que trata o §14 não será remunerada pelo IPASMU-CO e observará os prazos de desincompatibilização definidos pela legislação eleitoral, devendo ser formalmente comunicada ao Instituto."*

**IV -** O Art. 96-B, com a seguinte redação:

*"Art. 96-B. O afastamento de conselheiros ou diretores para fins de desincompatibilização eleitoral não implicará vacância do cargo, constituindo licença temporária, durante a qual o membro será substituído por seu suplente ou substituto legal, assegurado o retorno ao exercício do mandato ao término da licença."*

**V -** Os §§ 9º e 10 ao Art. 96 com a seguinte redação:

*"§ 9º O ônus financeiro decorrente das remunerações e encargos da Diretoria Executiva será de responsabilidade do IPASMU-CO, não gerando despesas para o Tesouro Municipal.*

*§ 10. Caso não haja conselheiros deliberativos interessados em ocupar os cargos da Diretoria Executiva, estes poderão ser preenchidos por servidores públicos efetivos, ativos ou inativos, de livre nomeação e exoneração pelo Diretor-Presidente do IPASMU-CO."*

### **Título III**

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 3º** Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.569, de 14 de dezembro de 2017.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Colinas do Tocantins - TO, aos 22 de dezembro de 2025.**  
**Josemar Carlos Casarin**  
**Prefeito Municipal**



A autenticidade deste documento pode ser conferida pelo QRCode ou no Site <https://diario.colinas.to.gov.br/assinex-validador> por meio do Código de Verificação: **Tipo de Acesso: 1002** e **Chave: MAT-ff4487-22122025173249**